

EPGE	N.º REG.	DATA	REG.
	7143	06-12-2019	
ARQUIVO			
RESPONDE ATÉ			
ENVIADO A.	Proc =		
OBS:	e/cópia: PeA/DP/SF		

Registado C/ AR

Exmo.(a) Senhor(a)
Escola Profissional Gustave Eiffel
Rua Elias Garcia, 29 - Venda Nova
2700-312 Amadora

Sua referência: Sua comunicação de: Nossa referência:
72642/2019/DGEstE-DAPO-UGFP-AF

ASSUNTO: Envio de Contrato-Programa

Junto se remete a V. Exas. o Contrato-Programa do Ensino Profissional do Ciclo de Formação 2019/2022 e Cursos de Educação e Formação de jovens, iniciados no Ano Letivo 2019/2020.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares



Maria Manuela Pastor Faria

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

CONTRATO-PROGRAMA

Considerando a importância da formação qualificante para o desígnio estratégico nacional de aumentar as qualificações da população portuguesa, nomeadamente dos jovens, em ordem a dotar o país de técnicos que contribuam para melhorar a competitividade da nossa economia e modernizar o tecido social do país;

Considerando o papel que as escolas profissionais privadas desempenham na consecução desse desígnio;

Considerando que é objetivo deste Governo incentivar a procura das formações qualificantes de nível básico e secundário, para isso importando garantir, aos alunos, a possibilidade de frequência em condições de equidade entre todos os percursos desses níveis de educação;

Considerando que, para atingir os objetivos acima identificados, se torna essencial que o Estado preste um contributo financeiro às escolas profissionais privadas, de modo a que as mesmas, constituindo-se como instituições educativas, possam desempenhar a sua função, satisfazendo os requisitos estabelecidos, nomeadamente quanto à sua organização, gestão do currículo e qualificação dos recursos humanos;

Considerando que, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, não abrangidas pelos fundos comunitários, se aplica o modelo de financiamento definido pela Portaria n.º 49/2007 de 8 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1009-A/2010, de 1 de outubro e pela Portaria n.º 216-A/2012, de 18 de julho;

A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, serviço geral do Ministério da Educação, doravante também designada como primeiro outorgante, ou DGEstE, pessoa coletiva número 600086020, com instalações na Praça de Alvalade, n.º 12, 1749-070 Lisboa, neste ato representada pela Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, com poderes para o ato,

e

COOPTÉCNICA-Gustave Eiffel-Coop. de Ensino e Formação Técnico Profissional C.R.L., doravante também designada(o) como segundo outorgante, pessoa coletiva número 502327669, com sede em, Rua Elias Garcia, n.º 29 - Venda Nova, 2700-312 Amadora, entidade proprietária da Escola Profissional Gustave Eiffel, sita em, Rua Elias Garcia, n.º 29 - Venda Nova - 2700-312 Amadora, representado(a)s respetivamente por Adelino Manuel Serras, na qualidade de Tesoureiro e por Carlos Pedro Duarte Rodrigues, na qualidade de Secretário do Conselho de Administração, com poderes para o ato;



Celebram o presente contrato-programa ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho, e na Portaria n.º 49/2007 de 8 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 1009-A/2010, de 1 de outubro, e pela Portaria n.º 216-A/2012, de 18 de julho, o que fazem nos termos das cláusulas seguintes:



Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto regular as relações entre as partes que o celebram, definir os respetivos direitos e obrigações e estabelecer os montantes e modalidades dos pagamentos a efetuar pelo primeiro outorgante, relativos ao apoio financeiro público concedido a título de um subsídio de formação, por turma, por curso, na sequência da aprovação da candidatura apresentada pelo segundo outorgante, nos termos da Portaria n.º 49/2007 de 8 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 1009-A/2010, de 1 de outubro, e pela Portaria n.º 216-A/2012, de 18 de julho.
2. O apoio financeiro mencionado no número anterior é respeitante à oferta profissionalizante aprovada para os Cursos de Educação e Formação de jovens e Cursos Profissionais, no ciclo de formação 2019/2022 e observa os valores constantes das tabelas anexas aos Despachos n.º 8327/2018, de 27 de agosto, e n.º 8653/2018, de 10 de setembro.

Cláusula 2.ª

(Valor contratualizado)

1. O primeiro outorgante concede ao segundo outorgante um apoio financeiro, aprovado e concedido à(s) turma(s) abrangida(s) pelo presente contrato, no valor global máximo de Euros: 6.106.640,77 (seis milhões, cento e seis mil, seiscentos e quarenta euros, setenta e sete cêntimos).
2. O valor máximo referido no número precedente foi estabelecido em conformidade com o Mapa Resumo que vai anexo ao presente contrato e que dele faz parte integrante.
3. O apoio financeiro efetivo a conceder durante a execução do contrato é atribuído ao número de turmas efetivamente constituídas e validadas, ou que o venham a ser, em cada ano letivo.
4. As alterações a que se refere o número anterior serão formalizadas e constituirão Adenda ao presente contrato.



Cláusula 3.^a

(Pagamento e plano de pagamentos)

1. O pagamento do subsídio de formação contratualizado é efetuado pela DGEstE.
2. O pagamento mencionado no número anterior será efetuado de acordo com o seguinte plano, o qual ficará condicionado às verbas inscritas na respetiva rubrica do orçamento da DGEstE:
 - 2.1. No ano letivo de 2019/2020:
 - a) Uma 1.^a tranche, correspondente a 40% do valor atribuído para esse ano letivo, a pagar até ao mês de novembro;
 - b) Uma 2.^a tranche, correspondente a 30% daquele valor, a pagar até ao mês de março de 2020;
 - c) Uma 3.^a tranche, nos seguintes termos:
 - i. Em cursos com a duração de um ano, correspondente a 15% daquele valor, a pagar durante o mês de julho de 2020;
 - ii. Em cursos com a duração de dois ou três anos, correspondente aos restantes 30% daquele valor, a pagar durante o mês de junho de 2020.
 - d) Uma 4.^a tranche, em cursos com a duração de um ano, correspondente aos restantes 15% daquele valor, a pagar durante o mês de novembro de 2020 (calculada com base na comparticipação financeira apurada tendo em conta as listas nominais de alunos efetivamente matriculados no termo da formação).
 - 2.2. No ano letivo de 2020/2021 (*para os cursos com a duração de dois e três anos*):
 - a) Uma 1.^a tranche, correspondente a 30% do valor atribuído para esse ano letivo, a pagar durante o mês de setembro de 2020 (calculada com base na comparticipação financeira apurada para o referido ciclo no ano letivo anterior - 2019/2020);
 - b) Uma 2.^a tranche, correspondente a 40% daquele valor, a pagar até ao mês de março de 2021 (calculada com base na comparticipação financeira apurada para o respetivo ano letivo - 2020/2021, com os consequentes acertos respeitantes à 1.^a tranche);
 - c) Uma 3.^a tranche, nos seguintes termos:
 - i. Em cursos com a duração de dois anos, correspondente a 15% daquele valor, a pagar durante o mês de maio de 2021 (calculada com base na comparticipação financeira apurada para o respetivo ano letivo - 2020/2021);
 - ii. Em cursos com a duração de três anos, correspondente aos restantes 30% daquele valor, a pagar durante o mês de abril de 2021.
 - d) Uma 4.^a tranche, em cursos com a duração de dois anos, correspondente aos restantes 15% daquele valor, a pagar durante o mês de novembro de 2021 (calculada com base na comparticipação financeira apurada tendo em conta as listas nominais de alunos efetivamente matriculados no termo da formação).



- 2.3. No ano letivo de 2021/2022 (para os cursos com a duração de três anos):
- Uma 1.^a tranche, correspondente a 30% do valor atribuído para esse ano letivo, a pagar durante o mês de setembro de 2021 (calculada com base na comparticipação financeira apurada para o referido ciclo no ano letivo anterior - 2020/2021);
 - Uma 2.^a tranche, correspondente a 40% daquele valor, a pagar até ao mês de março de 2022 (calculada com base na comparticipação financeira apurada para o respetivo ano letivo - 2021/2022, com os consequentes acertos respeitantes à 1.^a tranche);
 - Uma 3.^a tranche, correspondente a 15% daquele valor, a pagar durante o mês de julho de 2022 calculada com base na comparticipação financeira apurada para o respetivo ano letivo - 2021/2022).
 - Uma 4.^a tranche, correspondente aos restantes 15% daquele valor, a pagar durante o mês de novembro de 2022 (calculada com base na comparticipação financeira apurada tendo em conta as listas nominais de alunos efetivamente matriculados no termo da formação).
3. Só haverá lugar ao pagamento das tranches mencionadas na alínea b) do número 2.2 e na alínea b) do número 2.3, após cumprimento do preceituado nas alíneas b) e d) da cláusula 5.^a, no que concerne aos cursos profissionais.
4. Só haverá lugar ao pagamento da tranche mencionada na alínea d) do número 2.3, após cumprimento do preceituado nas alíneas b) e d) da cláusula 5.^a, no que concerne aos cursos profissionais.
5. Quando ocorram alterações aos termos e condições estabelecidos no presente contrato que se repercutam no valor anual concedido, a correção aos montantes pagos refletir-se-á na 1.^a tranche respeitante ao ano letivo sequente, salvo se essas alterações ocorrerem no último ano da formação, casos em que a correção se refletirá:
- Na tranche referida na alínea d) do número 2.1. da presente cláusula, em cursos com a duração de um ano;
 - Na tranche referida na alínea d) do número 2.2. da presente cláusula, em cursos com a duração de dois anos;
 - Na tranche referida na alínea d) do número 2.3. da presente cláusula, em cursos com a duração de três anos.

Cláusula 4.^a

(Obrigações do primeiro outorgante)

São obrigações do primeiro outorgante:

- Acompanhar e monitorizar a execução física da formação relativa aos cursos financiados, concebendo e elaborando os documentos necessários para o efeito;
- Garantir o apoio e as necessárias orientações com vista ao cumprimento das obrigações do segundo outorgante;


- c) Assegurar o cumprimento das obrigações do segundo outorgante em articulação com a Inspeção Geral de Educação e Ciência e outras entidades credenciadas para o efeito;
- d) Proceder ao pagamento do subsídio de formação devido, nos termos da cláusula 3.^a do presente contrato.

Cláusula 5.^a

(Obrigações do segundo outorgante)

São obrigações do segundo outorgante:

- a) Remeter à DGEstE, anualmente, até 06 de outubro, as listas nominais de alunos matriculados, constantes do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa, de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 13.º da Portaria n.º 49/2007 de 8 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 1009-A/2010, de 1 de outubro, e pela Portaria n.º 216-A/2012, de 18 de julho;
- b) Elaborar Mapas de Assiduidade e Avaliação, para efeitos de monitorização pela DGEstE;
- c) Remeter à DGEstE, anualmente, durante o mês de outubro, os mapas referidos na alínea anterior, com a informação reportada ao ano letivo precedente;
- d) Creditar aos alunos as competências por eles adquiridas nos cursos ou nos anos de escolaridade frequentados depois da conclusão do 9.º ano de escolaridade ou equivalente, posicionando-os nos módulos adequados do curso profissional em que estão matriculados;
- e) Assegurar o regular funcionamento do ciclo completo de formação de todos os cursos iniciados, de acordo com a duração de cada curso;
- f) Ter, e manter atualizado, o Seguro Escolar, em obediência ao preceituado na Portaria n.º 413/99, de 8 de junho;
- g) Não cobrar aos alunos que frequentam as turmas objeto do presente contrato, constantes das listas nominais mencionadas na alínea b) da presente cláusula, qualquer valor, a título de propina de frequência, que exceda os valores previstos para o mesmo nível de educação e aplicados nos estabelecimentos de ensino público;
- h) Não cobrar importâncias que não as legalmente estabelecidas, sem que as mesmas sejam objeto de concordância por parte dos eventuais contribuintes e se destinem a objetivos educativos e pedagógicos, devidamente publicitados, fixados e registados no orçamento de receitas próprias da escola;
- i) Fazer prova das verbas pagas pelos encarregados de educação, a título de comparticipação nos serviços e atividades não incluídos na propina de frequência, mediante emissão de recibo discriminativo do pagamento, devendo constar cópia do mesmo no processo individual do aluno;
- j) Fazer prova da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e Fazenda Pública, mediante a apresentação de declaração nos termos da legislação em vigor;
- l) Divulgar, junto dos encarregados de educação e dos alunos, as modalidades de apoio concedidas pelo Estado, apoiando os candidatos nos processos de candidatura aos mesmos;
- m) Concretizar o projeto educativo subjacente à Autorização de Funcionamento;
- n) Prestar todas as informações de natureza pedagógica e financeira, tendo em vista a avaliação da qualidade do projeto educativo da escola;



- o) Responder, nos prazos estabelecidos, aos inquéritos estatísticos realizados pela DGEstE, no âmbito do acompanhamento e avaliação do Ensino Profissional;
- p) Solicitar à DGEstE, em todas as situações especiais não previstas no presente contrato, orientações a aplicar de acordo com a Portaria n.º 49/2007 de 8 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 1009-A/2010, de 1 de outubro, e pela Portaria n.º 216-A/2012, de 18 de julho;
- q) Divulgar o conteúdo do presente contrato aos encarregados de educação e alunos abrangidos pelo mesmo.



Cláusula 6.ª

(Alterações)

1. O clausulado do presente contrato poderá sofrer alterações nas seguintes situações:
 - a) Quando ocorra uma diminuição no número de alunos matriculados de acordo com o estipulado no artigo 13.º da Portaria n.º 49/2007 de 8 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 1009-A/2010, de 1 de outubro, e pela Portaria n.º 216-A/2012, de 18 de julho;
 - b) Quando o número de alunos por turma por curso apresentar menos de 8 alunos, havendo, neste caso, redução total do financiamento, salvo se na mesma escola ou nas escolas limítrofes não for possível integrar estes alunos noutras turmas;
 - c) Quando, em turmas que já tenham sofrido redução no ano letivo anterior, ocorra um aumento no número de alunos matriculados de acordo com o estipulado no artigo 13.º da Portaria n.º 49/2007 de 8 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 1009-A/2010, de 1 de outubro, e pela Portaria n.º 216-A/2012, de 18 de julho.
2. As alterações ao Mapa Resumo anexo são obrigatoriamente submetidas a aprovação superior, desde que se verifique aumento ao valor financiado.

Cláusula 7.ª

(Início e vigência do contrato)

O presente contrato tem início a 15 de novembro de 2019, sem prejuízo do estabelecido no art. 45º da LOPTC (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), quando aplicável, vigorando o seu regime para o ciclo de formação de três anos letivos a que correspondem os anos escolares de 2019/20, de 2020/21 e de 2021/22.

Cláusula 8.ª

(Denúncia e resolução)

1. O primeiro outorgante pode denunciar o presente contrato, com a sua imediata resolução, nomeadamente quando ocorra:
 - a) Incumprimento imputável ao segundo outorgante das obrigações assumidas;

- b) Revogação da autorização de funcionamento da escola, nos termos da legislação aplicável.
2. A resolução do contrato, pelo motivo referido na alínea a) do número anterior, poderá implicar a não aceitação da candidatura da escola ao financiamento público nos concursos seguintes.
 3. A resolução do contrato poderá originar indemnização por dano ou mera devolução de importâncias indevidamente recebidas.

Cláusula 9.^a

(Enquadramento orçamental)

O encargo resultante do presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da DGEstE, compromisso n.º(s) BI51922202 e BI51922846.

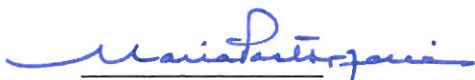
Cláusula 10.^a

(Outras disposições)

1. O segundo outorgante obriga-se a cumprir as disposições legais e regulamentares em vigor, designadamente as que regem o estatuto do aluno e a organização e funcionamento do Ensino Profissional.
2. As obrigações decorrentes no presente contrato do primeiro outorgante poderão ser transmitidas à entidade que lhe vier a suceder nos termos da lei orgânica do Ministério da Educação.



Este contrato foi redigido em dois exemplares, de idêntico valor após assinatura dos outorgantes na data de hoje, 15 de novembro de 2019.

O primeiro outorgante



O segundo outorgante

COOPTÉCNICA - Gustave Eiffel, CRL
O Conselho de Administração


PATRÍCIA DUARTE
— ADVOGADA —
Rua Alberto Barbosa, n.º 4 - 3.º Dto.
1750-008 Lisboa
NIF 219 715 513 - Ctd. Prof. 15.509
Telm.: 96 802 84 69

Entidade Proprietária: COOPTÉCNICA-Gustave Eiffel-Coop. de Ensino e Formação Técnico Profissional C.R.L.
NIPC: 502 327 669
Escola Profissional: Escola Profissional Gustave Eiffel
Código da Candidatura: 0097/2019.22

MAPA RESUMO ANEXO AO CONTRATO-PROGRAMA
FINANCIAMENTO ANUAL APROVADO
Ciclo de Formação 2019/2022

Designação do Curso	Local	Nº de Turmas	Valor Anual do Subsídio atribuído, por turma, por curso	Valor por Ano Letivo			Valor Total
				2019/2020	2020/2021*	2021/2022*	
Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	Amadora (Sede)	1	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	245 670,00 €
Técnico/a de Multimédia	Amadora (Sede)	1	87 258,00 €	87 258,00 €	87 258,00 €	87 258,00 €	261 774,00 €
Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando	Amadora (Sede)	1	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	245 670,00 €
Técnico/a de Desenho Digital 3D	Amadora (Sede)	1	93 974,00 €	93 974,00 €	93 974,00 €	93 974,00 €	281 922,00 €
Técnico/a de Pastelaria/Padaria	Amadora (Sede)	1	93 974,00 €	93 974,00 €	93 974,00 €	93 974,00 €	281 922,00 €
Técnico/a Auxiliar de Saúde	Amadora (Sede)	1	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	245 670,00 €
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Amadora/Venteira	1	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	228 228,00 €
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Amadora/Venteira	1	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	228 228,00 €
Técnico/a de Gestão	Amadora/Venteira	1	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	228 228,00 €
Técnico/a de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade	Amadora/Venteira	1	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	228 228,00 €
Técnico/a de Turismo	Amadora/Venteira	1	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	245 670,00 €
Técnico/a Comercial	Amadora/Venteira	1	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	228 228,00 €
Técnico/a de Cozinha/Pastelaria	Lumiar (Lisboa)	1	93 974,00 €	93 974,00 €	93 974,00 €	93 974,00 €	281 922,00 €
Técnico/a de Restaurante/Bar	Lumiar (Lisboa)	1	93 974,00 €	93 974,00 €	93 974,00 €	93 974,00 €	281 922,00 €
Técnico/a de Apoio à Infância	Lumiar (Lisboa)	1	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	228 228,00 €
Técnico/a Auxiliar de Saúde	Lumiar (Lisboa)	1	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	245 670,00 €
Técnico/a de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade	Lumiar (Lisboa)	1	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	228 228,00 €
Técnico/ de Mecatrónica Automóvel	Lumiar (Lisboa)	1	87 258,00 €	87 258,00 €	87 258,00 €	87 258,00 €	261 774,00 €
Técnico/a de Proteção Civil	Lumiar (Lisboa)	0,5	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	245 670,00 €
Animador Sociocultural	Lumiar (Lisboa)	0,5	76 076,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Técnico/a de Ótica Ocular	Lumiar (Lisboa)	0,5	87 258,00 €	87 258,00 €	87 258,00 €	87 258,00 €	261 774,00 €
Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital	Lumiar (Lisboa)	0,5	76 076,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Técnico/a de Construção Civil - Condução de Obra (Edifícios)	Lumiar (Lisboa)	0,5	87 258,00 €	87 258,00 €	87 258,00 €	87 258,00 €	261 774,00 €
Rececionista de Hotel	Lumiar (Lisboa)	0,5	76 076,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Técnico/ de Turismo	Queluz	1	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	81 890,00 €	245 670,00 €
Animador Sociocultural	Queluz	0,5	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	76 076,00 €	228 228,00 €
Técnico/a de Apoio à Infância	Queluz	0,5	76 076,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL		23		1 906 766,00 €	1 906 766,00 €	1 906 766,00 €	5 720 298,00 €

* Valor suscetível de alteração, nos termos da Cláusula 6.ª do Contrato-Programa

Entidade Proprietária: COOPTÉCNICA-Gustave Eiffel-Coop. de Ensino e Formação Técnico Profissional C. R. L.
NIPC: 502 327 669
Estabelecimento de Ensino: Escola Profissional Gustave Eiffel

Cursos de Educação e Formação

MAPA RESUMO - FINANCIAMENTO ANUAL APROVADO

Áreas Vocacionais	Local	Tipologia	Duração (Anos)	Nº de Turmas	Valor Anual do Subsidio atribuído, por turma, por curso	Valor por Ano Letivo		Valor Total
						2019/2020	2020/2021*	
Pasteleiro/a - Padeiro/a	Amadora (Sede)	T2	2	1	47 720,34 €	47 720,34 €	47 720,34 €	95 440,68 €
Operador/a de Informática	Amadora (Sede)	T3	1	1	52 856,89 €	52 856,89 €	0,00 €	52 856,89 €
Mecânico/a de Serviços Rápidos	Lumiar	T3	1	0,5	53 749,48 €	53 749,48 €	0,00 €	53 749,48 €
Operador/a de Manutenção Hoteleira	Lumiar	T3	1	0,5	52 856,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	Lumiar	T2	2	1	46 073,93 €	46 073,93 €	46 073,93 €	92 147,86 €
Assistente Administrativo/a	Queluz	T2	2	1	46 073,93 €	46 073,93 €	46 073,93 €	92 147,86 €
TOTAL				5		246 474,57 €	139 868,20 €	386 342,77 €

* Valor suscetível de alteração, nos termos da Cláusula 6.ª do Contrato-Programa

M. Henri

PATRÍCIA DUARTE
ADVOGADA

RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS
Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março – Art. 38.º
Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de Junho

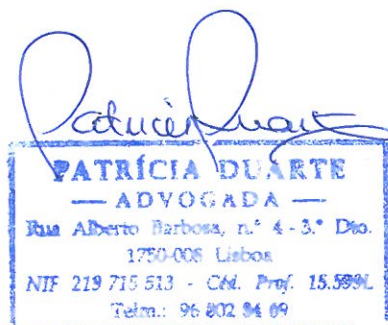
Patrícia Duarte, Advogada, com escritório na Rua Alberto Barbosa, n.º 4, 3.º Dt.º, com a cédula profissional n.º 15.599 L, com o NIF 219 715 513, reconheço por semelhança que as assinaturas constantes de fls.7, que compõe o presente documento, pertencem a CARLOS PEDRO DUARTE RODRIGUES e a ADELINO MANUEL SERRAS. -----

Para efeitos da realização do reconhecimento, confrontei as assinaturas apostas no presente documento com as que constam, respectivamente, do Cartão de Cidadão com o N.ID. CIVIL 084339446ZZ5, emitido pelos serviços competentes da República Portuguesa e com validade até 01/05/2021, e do Cartão de Cidadão com o N.ID. CIVIL 051819163ZX8, emitido pelos serviços competentes da República Portuguesa e com validade até 19/04/2028, que me foram apresentados. - Verifiquei ainda os poderes para o acto e as qualidades de Secretário do Conselho de Administração e de Tesoureiro do Conselho de Administração em que outorgam, respectivamente, em nome da Cooptécnica-Gustave Eiffel, Cooperativa de Ensino e Formação Técnico Profissional, CRL, com o NIPC 502 327 669, por consulta da respectiva certidão on line, cujo código de acesso me foi facultado. -----

Lisboa, 22 de novembro de 2019

Custo: Gratuito

Registado a 2019/11/22 (11:57), com n.º 15599L/4460



**REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS**

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Patrícia Duarte

CÉDULA PROFISSIONAL: 15599L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Reconhecimento com menções especiais por semelhança

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Cooptécnica – Gustave Eiffel, Cooperativa de Ensino e Formação Técnico

Profissional CRL

NIPC n.º. 502327669

OBSERVAÇÕES

Assinaturas de quem obriga:

Carlos Pedro Duarte Rodrigues e Adelino Manuel Serras

EXECUTADO A: 2019-11-22 11:56

REGISTADO A: 2019-11-22 11:57

COM O N.º: 15599L/4460

Poderá consultar este registo em <https://oa.pt/validar.php?id=32721485+054373>.